

# INTENSIDADE DO COMÉRCIO NO MERCOSUL<sup>1</sup>

Maria Auxiliadora de Carvalho<sup>2</sup>  
César Roberto Leite da Silva<sup>3</sup>  
Arthur Antonio Ghilardi<sup>4</sup>

**RESUMO:** A evolução do MERCOSUL tem sido marcada por vários episódios de tensão, que levaram a retardar a formação do mercado comum e a gerar dúvidas sobre a continuidade do bloco. O período recente é mais uma etapa de disputa comercial, devido aos crescentes superávits do Brasil com os parceiros, e agravado pela crise financeira internacional. Este trabalho analisa a evolução do comércio exterior entre os membros do MERCOSUL, através de dois indicadores: índice de intensidade de comércio e índice de orientação regional. Os resultados mostram que a intensidade do comércio intrabloco é muito elevada, mas o Brasil é o menos dependente dessas transações. As exportações argentinas e brasileiras, dos principais grupos de produtos, mostraram tendência à redução da orientação regional. Os resultados mostram também que a agricultura se tornou menos importante nas trocas intraMERCOSUL. O comércio exterior da Argentina mostrou maior dependência da agricultura e dos parceiros do bloco, e o do Brasil mostrou indicações de melhor desempenho em relação aos demais membros do MERCOSUL.

**Palavras-chave:** comércio exterior, MERCOSUL, competitividade.

## TRADE INTENSITY UNDER THE MERCOSUR

**ABSTRACT:** The history of the Mercosur trade bloc was marked by several tense episodes that delayed its formation and rose doubts about its continuity. Worsened by the international financial crisis, the recent period has been one more stage of commercial disputes due to Brazil's growing surplus with its partners. This paper aimed to analyze the evolution of trade among Mercosur's members through two indicators: trade intensity index and regional orientation index. The first indicator allowed us to conclude that intrabloc trade intensity is very high, but Brazil is the least dependent on its partners. The second showed a decreased trend in regional orientation for Argentinean and Brazilian exports of the main product groups. The obtained results also allowed us to conclude that agriculture has become less important in intraMercosul trade. Whereas Argentina's foreign trade showed a stronger dependence on agriculture and on its partners, Brazil's showed a better performance than that of its Mercosur partners.

**Key-words:** foreign trade, mercosur, competitiveness.

**JEL Classification:** F15.

---

<sup>1</sup>Registrado no CCTC, REA-28/2009.

<sup>2</sup>Engenheira Agrônoma, Doutora, Pesquisadora Científica do Instituto de Economia Agrícola, São Paulo, SP, Brasil (e-mail: macarvalho@iea.sp.gov.br).

<sup>3</sup>Economista, Doutor, Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola, São Paulo, SP, Brasil (e-mail: crlsilva@iea.sp.gov.br).

<sup>4</sup>Engenheiro Agrônomo, Mestre, Pesquisador Científico do Instituto Agronômico, Campinas, SP, Brasil (e-mail: arthur@centrodecitricultura.br).

## 1 - INTRODUÇÃO

O projeto de integração da América Latina data da década de 1960, ocasião em que foi criada a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) com o propósito de ampliar o mercado e promover o desenvolvimento regional. Em 1980 essa associação foi substituída pela Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), cuja proposta é o estabelecimento gradual e progressivo de um mercado comum latino americano. O Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) enquadra-se nessa estratégia, dado que a ALADI prevê e recomenda a realização de acordos de alcance parcial entre seus membros para acelerar o processo de formação do mercado comum.

Com o MERCOSUL, além de acelerar o processo de integração, os quatro parceiros, Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, visaram maior autonomia econômica e maior peso político nas negociações internacionais. O marco formal do bloco é o Tratado de Assunção, firmado em 26/03/1991, e que prevê a plena integração para 2006, quando até mesmo os produtos “sensíveis” estariam submetidos a idêntico regime comercial em todos eles.

Na prática não foi possível atingir as metas do Tratado. Pelo contrário, houve até momentos de sérias dúvidas sobre a continuidade do bloco e, a despeito do empenho das autoridades, inclusive no sentido de ampliar o número de países envolvidos, a realidade teima em colocar obstáculos ao avanço da integração<sup>5</sup>. Esta crise econômica mundial veio somar dificuldades ao processo.

O editorial da Folha de S. Paulo, de 6 de março de 2009, traz a reportagem “Mais retrocesso”, ressaltando que, após 18 anos de MERCOSUL, ainda nem se chegou ao livre comércio no bloco (MAIS, 2009). O editorial faz referência a uma resolução tomada pelo Ministério da Produção da Argentina, publicada no dia anterior, que incrementa as barreiras comerciais, passando a exigir licenças de importação para um novo conjunto de produtos de origem brasileira. Essas barreiras, que resultaram em novas tensões

<sup>5</sup>A incorporação da Venezuela entre os membros do bloco está em tramitação. Bolívia, Chile, Equador, Colômbia e Peru foram admitidos como membros associados.

entre Brasil e Argentina, foram motivadas pelas dificuldades resultantes da crise mundial.

No início de junho de 2009, após rodada de negociações entre empresários dos dois países, os brasileiros aceitaram reduzir as exportações de freios (30%), embreagens (40%), calçados (19%) e móveis (35%) em relação aos embarques de 2008. Do lado argentino a única concessão diz respeito ao leite em pó<sup>6</sup>. Há ainda cinco setores em negociação. Os brasileiros querem que a Argentina limite exportações de vinhos e farinha de trigo, enquanto os argentinos reclamam restrições às exportações brasileiras de têxteis, tornos mecânicos e linha branca (GUIMARÃES, 2009a).

Esse conflito de interesses é só um dos percalços enfrentados pelos membros do MERCOSUL ao longo do processo de integração. Uma característica estrutural da região é a grande dependência de poupança externa, o que provoca crises frequentes nos balanços de pagamentos e consequentes discontinuidades na condução das políticas, com reflexos sobre as trocas comerciais entre os parceiros no bloco.

Camargo (2006) lembra que embora o MERCOSUL tenha como ponto de partida um acordo bilateral Argentina-Brasil, de cunho essencialmente desenvolvimentista, sofreu mudança de rumo: abandonou a estratégia de cooperação e passou a adotar o “regionalismo aberto”, marcado por política de liberalização linear e automática no intercâmbio de bens<sup>7</sup>.

A estratégia de abertura resultou em estrangulamentos cujos enfrentamentos puseram em risco a continuidade da integração<sup>8</sup>. A crise financeira que

<sup>6</sup>No primeiro trimestre de 2009 as importações de leite em pó aumentaram 285% e a indústria brasileira denunciou a Argentina por *dumping* (GUIMARÃES, 2009a).

<sup>7</sup>Camargo (2006) observa que no início da década, além da abertura dos mercados, as políticas externas do Brasil e da Argentina voltaram-se com mais ênfase para os países centrais, construindo agendas positivas com os Estados Unidos e descharacterizando o caráter terceiro-mundista do início da integração. Destaca que o alinhamento da Argentina com os Estados Unidos foi praticamente total.

<sup>8</sup>Observe-se que os dois parceiros mais importantes no bloco, Argentina e Brasil, foram também os que mais contribuíram para as discontinuidades na política de integração, até porque os dois menores, em conjunto, não chegam a representar 5% do PIB ou da população do bloco. Também são pouco representati-

levou o Brasil a mudar o regime cambial para flutuante, e que resultou em brusca desvalorização do real em janeiro de 1999, foi um dos mais sérios<sup>9</sup>. Como na Argentina vigia o sistema cambial “*currency board*”, que atrelava o peso ao dólar e acumulava forte apreciação cambial, a mudança cambial brasileira implicou forte perda de competitividade dos produtos argentinos, uma vez que o Brasil é um parceiro comercial muito importante para a Argentina<sup>10</sup>.

A reação do governo argentino foi adotar medidas de proteção contra produtos importados dos membros do MERCOSUL e estabelecer um sistema de salvaguardas contra alguns produtos brasileiros. Seguiu-se um período de reações de ambas as partes, envolvendo negociações sobre as trocas de têxteis, calçados, químicos, alimentos e automóveis (UM MOMENTO, 2000).

O aprofundamento da crise argentina levou ao surgimento de diversos contenciosos comerciais protagonizados pelos dois principais sócios, contribuindo para a perda de credibilidade no MERCOSUL. Aos poucos a crise comprometeu até mesmo os processos de decisão do bloco, uma vez que a Argentina deixou de enviar representantes nas variadas esferas negociadoras, inclusive na reunião do Conselho Mercado Comum (CMC)<sup>11</sup>.

---

vos no comércio exterior: no período 1994-2007, a soma da participação média de Paraguai e Uruguai não alcançou 4% do valor das exportações totais do MERCOSUL e nem 7% das importações (UNITED NATIONS, 2009).

<sup>9</sup>No final de dezembro de 1998, a taxa de câmbio comercial para compra era de R\$1,21/US\$ e no final do mês seguinte estava em R\$ 1,98/US\$, correspondente à desvalorização nominal de 64% (IPEADATA, 2009).

<sup>10</sup>A importância do Brasil é maior para a Argentina do que o inverso. Em 2007 e 2008, por exemplo, enquanto a Argentina representava menos de 10% nas exportações e importações brasileiras, ¼ de suas exportações e 23% das importações têm o Brasil por destino e origem, respectivamente.

<sup>11</sup>Como as decisões do bloco são tomadas por consenso, a ausência de representantes da Argentina nas instâncias técnicas e políticas paralisaram as negociações. Estava prevista reunião do CMC para 20/12/2001, mas foi suspensa porque coincidiu com um dos momentos mais críticos para a Argentina. No dia anterior o presidente Fernando de La Rúa declarou estado de sítio por 30 dias, porém, no dia seguinte, quando deveria se dar a reunião, renunciou ao cargo juntamente com o ministro da Economia Domingo Cavallo. O presidente interino, Adolfo Rodri-

Nas palavras de Conceição (2009):

... a crise argentina, ao transpor-se, de forma dramática e contundente, dos campos econômicos e sociais para o plano político-institucional, assumindo contornos de uma autêntica crise de governabilidade e ao levar à suspensão das transações comerciais e dos fluxos financeiros envolvendo a Argentina, forçou o congelamento do Mercosul em um quadro igualmente crítico. Isso ocorreu dado o desgaste a que o bloco foi submetido por suas próprias dificuldades e contradições, como devido ao quadro econômico francamente adverso à integração.

Mesmo superada essa etapa mais crítica, os conflitos de interesse continuaram marcando o relacionamento entre os parceiros no bloco até os dias atuais. No entanto, a despeito das tensões comerciais, a história do MERCOSUL evidencia também o empenho de avançar no processo de integração, buscando contornar as dificuldades, com vistas ao longo prazo. É o que reflete as seguintes palavras do chanceler brasileiro:

Eventuais diferenças, decorrentes de assimetrias entre suas economias, continuarão a ser tratadas dentro do mesmo espírito que nos tem inspirado até aqui e que pode ser resumido na seguinte frase: a solução para os problemas do MERCOSUL deve ser buscada em mais MERCOSUL (AMORIM, 2004).

O resultado dessa longa trajetória de integração, tumultuada pelas circunstâncias externas e internas, se refletiu nas trocas comerciais. Inicialmente os três parceiros manifestavam o receio que a liberalização resultasse em perda de competitividade do setor industrial diante da superioridade brasileira. Da parte brasileira a agropecuária é que poderia se colocar em desvantagem após a desgravação tarifária. No entanto, pelo menos na fase de aceleração das trocas comerciais, os temores pareciam infundados, pois as exportações brasileiras de produtos agropecuários cresceram muito mais que suas importações: quase 60% e menos de 10%, respectivamente, entre 1992 e 1998 (CARVALHO, 1999).

---

gues Saá, suspendeu o pagamento da dívida externa em 23/12/2001.

Nos anos que se seguiram o comércio brasileiro com o bloco arrefeceu, sendo que a agricultura teve a queda mais drástica, mas a partir do início do século XXI houve nova reversão de tendência e, dessa vez, parece que os temores dos parceiros brasileiros no bloco se justificam. As exportações brasileiras passaram a crescer a um ritmo bem maior que as importações e os produtos não-agrícolas tiveram maior crescimento das exportações.

A proposta deste trabalho é analisar a evolução das trocas comerciais do Brasil no MERCOSUL para verificar se essa recente perda de dinamismo dos parceiros se manifesta também nas trocas com os demais países, ou se é devida à maior eficiência brasileira.

## 2 - MATERIAL E MÉTODO

Neste trabalho, além de uma análise tabular e gráfica dos dados do comércio, são estimados dois indicadores para avaliar a evolução das trocas intra e extraMERCOSUL. São eles: índice de intensidade do comércio e índice de orientação regional<sup>12</sup>.

O índice de intensidade do comércio (IIC<sub>ij</sub>) é definido pela expressão:

$$IIC_{ij} = \frac{X_{ij} / X_i}{M_j / M_w}$$

onde:  $X$  = exportação;  $M$  = importação;  $i$  = país;  $j$  = região (MERCOSUL);  $w$  = mundo.

$IIC_{ij}$  permite avaliar a participação das exportações do país  $i$  para a região  $j$  ( $X_{ij}/X_i$ ) em relação à participação das importações de  $j$  nas importações mundiais ( $M_j/M_w$ ).

O índice de orientação regional ( $IOR_{kij}$ ) se refere ao direcionamento do comércio de determinado produto  $k$  exportado pelo país  $i$  para região  $j$ :

$$IOR_{kij} = \frac{X_{kij} / X_{ij}}{X_{kir} / X_{ir}}$$

$IOR_{kij}$  mostra a participação das exportações

do produto  $k$  pelo país  $i$  para a região  $j$  no total exportado por  $i$  para  $j$  ( $X_{kij}/X_{ij}$ ) em relação à participação das exportações de  $k$  pelo país  $i$  para o resto do mundo ( $r = w$ , exclusive  $j$ ) no total exportado para  $r$  ( $X_{kir}/X_{ir}$ ).

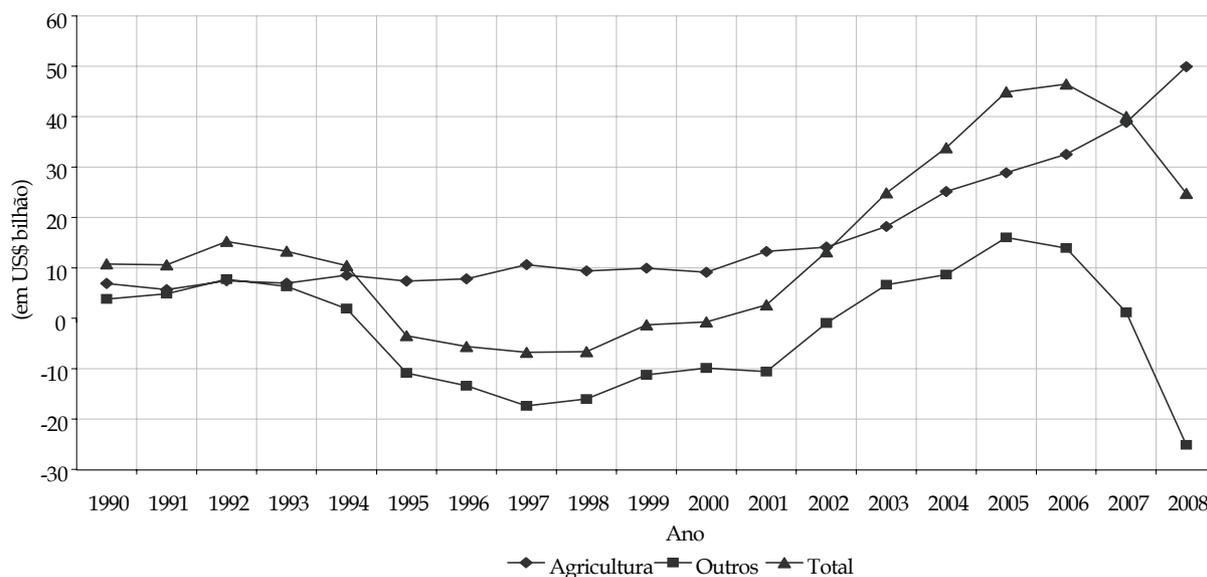
Os dados utilizados na construção desses indicadores procedem da Organização das Nações Unidas (ONU). Referem-se às exportações e importações de grupos de produtos dos países do MERCOSUL e do mundo (Anexo 1). Foi possível obter séries completas para todos os países do bloco para 1994 a 2007 e essa foi a razão da escolha do período (UNITED NATIONS, 2009). Para o Brasil as informações foram complementadas com dados provenientes de MDIC/SECEX (2009). Para simplificar a apresentação, parte das análises envolve apenas Brasil e Argentina, parceiros mais importantes em termos de produção e comércio no MERCOSUL.

## 3 - INTERCÂMBIO COMERCIAL NO MERCOSUL

Antes de tratar propriamente do desempenho do comércio entre os parceiros do MERCOSUL, cabem algumas observações sobre o comércio global brasileiro. Quando da criação do bloco, em 1991, o Brasil se encontrava numa etapa de *superávit* comercial nas trocas com todo o mundo, que perdurou até 1994, para produtos agrícolas ou não. Daí em diante o comércio agrícola se manteve superavitário, e até com forte tendência crescente a partir de 2001<sup>13</sup>. O saldo comercial dos demais produtos, ao contrário, mostrou alternâncias de déficits e superávits. Os déficits começaram em 1995 e duraram oito anos. De 2003 a 2007 houve *superávit*, mas decrescentes a partir de 2006, resultando em déficit de US\$25 bilhões em 2008. Em resumo, o setor agrícola garantiu o predomínio de superávits na balança comercial brasileira desde 1990 (Figura 1).

<sup>12</sup>Ambos foram empregados por Yeats (1997) para analisar o desempenho do MERCOSUL em sua etapa inicial.

<sup>13</sup>Os dados básicos procedem da MDIC/SECEX (2009) e foram englobados como produtos agrícolas os pertencentes aos capítulos NCM 1 a 24 e 50 a 53.



**Figura 1** - Saldo da Balança Comercial, Brasil, 1990-2008.  
Fonte: MDIC/SECEX (2009).

Quando se analisam os saldos comerciais com os parceiros no MERCOSUL, observa-se situação inversa: a agricultura é sistematicamente deficitária, enquanto os produtos não-agrícolas só registraram déficit em 2002. Destaque-se que esse ano é o ponto de partida de um crescimento sustentado do superávit comercial brasileiro com os parceiros no bloco: de um déficit de US\$643 milhões em 2002, o saldo do comércio de bens não-agrícolas evoluiu até o superávit de US\$9,8 bilhões em 2008. Como nesse ano o déficit agrícola foi de US\$ 3,0 bilhões, resultou no saldo total de US\$6,8 bilhões (Figura 2).

A análise das exportações e importações dá uma visão mais completa da dinâmica das trocas entre os parceiros do MERCOSUL. Observe-se que logo após o Tratado de Assunção, embora todos os participantes do bloco enfrentassem forte instabilidade no plano macroeconômico, com processo inflacionário exacerbado, o comércio entre eles mostrou crescimento muito superior ao realizado com o resto do mundo. No caso do Brasil, entre 1992 e 1998, o valor das exportações multiplicou-se por 3,5, enquanto o das importações dobrou (CARVALHO, 1999).

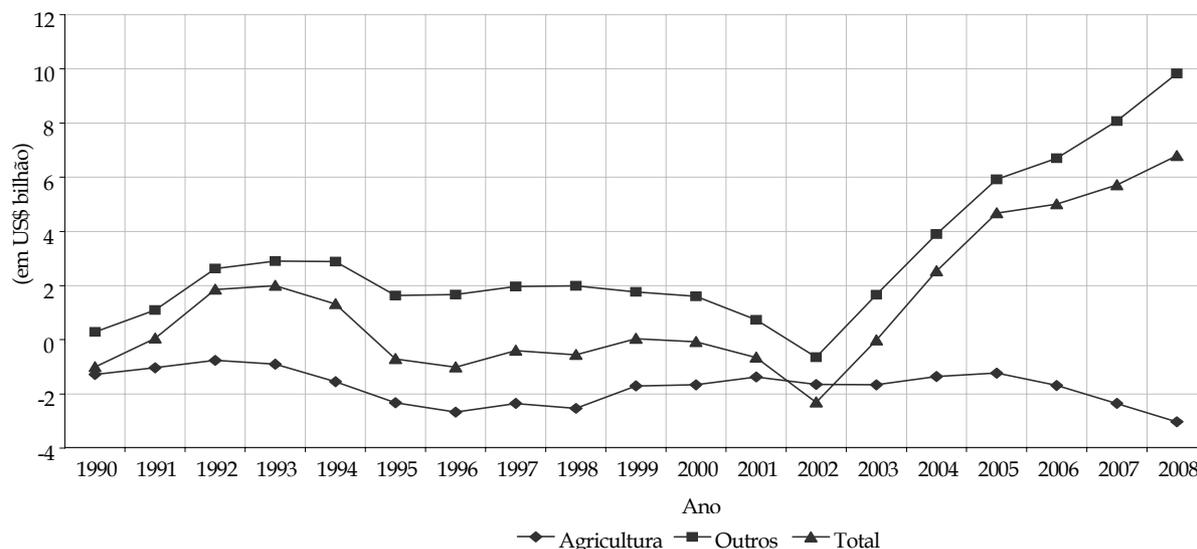
Cabe lembrar que o sucesso dessa etapa inicial não se deveu apenas aos fatores ligados às prefe-

rências regionais, mas também à competitividade artificial, relacionada com a falta de coordenação das políticas macroeconômicas, principalmente na área cambial, bem como ao crescimento econômico vigoroso resultado do êxito inicial dos programas de estabilização, especialmente na Argentina e no Brasil (KUME; PIANI, 2005)<sup>14</sup>.

De 1995 a 1998 foi um período crítico para o Brasil que, sob o efeito de forte apreciação cambial e expansão econômica pós-Real, registrou *deficit* agrícola no comércio com todos os sócios acima de US\$2 bilhões<sup>15</sup>. Depois disso, a forte desvalorização que resultou da mudança de regime cambial em 1999 deve ter contribuído para a redução do déficit co-

<sup>14</sup>Bittencourt; Larson; Thompson (2007) também atribuem papel importante às variações cambiais no processo. Desenvolveram modelo que os levou a concluir que o fluxo de comércio brasileiro no MERCOSUL foi significativamente afetado pela volatilidade da taxa de câmbio entre os parceiros comerciais. Para eles, a década de 1990 foi marcada por substanciais e persistentes desvios das taxas de câmbio nominais dos fundamentos macroeconômicos, e o tamanho desses desvios constitui fator relevante a explicar o desempenho do comércio intraMERCOSUL.

<sup>15</sup>Nesses anos a balança comercial brasileira registrou déficit médio acima de US\$5 bilhões, chegando a US\$6,7 bilhões em 1997.



**Figura 2** - Saldo do Comércio Brasileiro com o MERCOSUL, 1990-2008. Fonte: MDIC/SECEX (2009).

mercado agrícola, situação que só veio a se deteriorar novamente a partir de 2006 e que chegou ao déficit de US\$3 bilhões em 2008. Observe-se que, na média do triênio 1996-98, as exportações agrícolas para os parceiros totalizaram US\$1,1 bilhão contra importações de US\$3,6 bilhões. Esses números, comparados com o triênio 1991-93, resultam em incremento médio anual de 19% das exportações e 21,6% das importações, período de maior crescimento do comércio agrícola brasileiro com o MERCOSUL (Tabela 1).

De 1998 a 2002 foi a fase mais tumultuada para os sócios e se caracterizou por forte retrocesso nas trocas comerciais do Brasil com o MERCOSUL<sup>16</sup>. Veja-se que da comparação entre as médias dos triênios 1996-98 e 2001-03 as exportações brasileiras para os parceiros tiveram redução média anual de 9,4%,

contra 7,6% das importações<sup>17</sup>. Nesse mesmo período, as exportações brasileiras para o mundo todo cresciam 4,8% a.a. enquanto as importações decresciam à taxa média anual de 2,4%.

Nos anos que se seguiram, as exportações brasileiras para o MERCOSUL cresceram mais que as importações, sendo que a diferença mostrou-se bastante elevada nas trocas com os parceiros do bloco. Entre os triênios 2001-03 e 2006-08 as exportações aumentaram 28,1% a.a., praticamente o dobro do crescimento das importações (14,2% a.a.), fato devido principalmente ao comércio de produtos não-agrícolas com os parceiros. Veja-se que as exportações e importações agrícolas tiveram taxas médias anuais de crescimento menores: 10,9% e 9,2%, respectivamente<sup>18</sup>.

O resultado dessa oscilação no comércio agrícola brasileiro se refletiu em participação decres-

<sup>16</sup>Nesse período o Brasil passou por séria crise do balanço de pagamentos que resultou na mudança do regime cambial brasileiro, com sérias consequências para a Argentina em razão de sua dependência e alto grau de assimetria em relação ao Brasil (CAMARGO, 2006). Em 23 de dezembro de 2001, em meio a grave crise econômica e política, a Argentina declarou moratória da dívida de US\$130 bilhões, que só foi suspensa com grande deságio em abril de 2005, depois de um penoso processo de ajuste que incluiu o rompimento com o sistema de câmbio fixo em janeiro de 2002 e desvalorização nominal do peso em 60% (PRINCIPAIS, 2008).

<sup>17</sup>Em 1997 o valor das exportações brasileiras para os parceiros ultrapassou US\$9 bilhões, correspondentes a 17% do valor total de suas exportações. Cinco anos depois atingiu US\$3,3 bilhões, equivalente a 5,5% do valor exportado no ano (MDIC/SECEX, 2009).

<sup>18</sup>O déficit brasileiro no comércio de produtos agrícolas com os parceiros do bloco retrocedeu até o mínimo de US\$ 1,2 bilhão em 2005. Daí em diante voltou a crescer superando US\$ 3 bilhões em 2008 e resultando na média de R\$ 2,4 bilhões no triênio 2006-08.

**Tabela 1** - Evolução do Comércio Brasileiro no MERCOSUL e no Mundo, Triênios 1991-93 a 2006-08<sup>1</sup>

Produto	Finalidade	Valor médio (US\$ milhão)				Variação média anual (%)			
						1991-93		1996-98	
		1991-93	1996-98	2001-03	2006-08	1996-98	2001-03	2006-08	2006-08
<b>Mercosul</b>									
Agricultura <sup>2</sup>	Exportação	462	1.101	573	963	19,0	-12,2	10,9	5,0
	Importação	1.358	3.617	2.136	3.316	21,6	-10,0	9,2	6,1
Outros <sup>3</sup>	Exportação	3.469	7.309	4.553	16.730	16,1	-9,0	29,7	11,1
	Importação	1.259	5.431	3.966	8.526	34,0	-6,1	16,5	13,6
Total	Exportação	3.931	8.410	5.126	17.692	16,4	-9,4	28,1	10,5
	Importação	2.617	9.048	6.102	11.842	28,2	-7,6	14,2	10,6
<b>Mundo</b>									
Agricultura <sup>2</sup>	Exportação	9.574	15.874	18.728	46.797	10,6	3,4	20,1	11,2
	Importação	2.870	6.594	3.519	6.342	18,1	-11,8	12,5	5,4
Outros <sup>3</sup>	Exportação	25.748	34.753	45.248	118.669	6,2	5,4	21,3	10,7
	Importação	19.413	50.358	46.871	122.036	21,0	-1,4	21,1	13,0
Total	Exportação	35.323	50.627	63.976	165.466	7,5	4,8	20,9	10,8
	Importação	22.284	56.952	50.390	128.378	20,6	-2,4	20,6	12,4

<sup>1</sup>Média dos triênios.<sup>2</sup>Agricultura: engloba os capítulos NCM de 1 a 24 e 50 a 53.<sup>3</sup>Total, exceto agricultura.

Fonte: Elaborada a partir de dados básicos do MDIC/SECEX (2009).

cente nas trocas com os sócios no MERCOSUL. No ano de criação do bloco a agricultura participava com 12% no valor total das exportações brasileiras que tinham o MERCOSUL como destino enquanto suas importações agrícolas procedentes do bloco correspondiam a 58%. Entre 2006 e 2008 foram registradas as médias de 5% e 28% do valor das exportações e importações, respectivamente, significando que a importância relativa da agricultura nas trocas do Brasil com os parceiros do bloco caiu para menos da metade (SECEX/MDIC, 2009).

Desses números pode-se concluir que o MERCOSUL contribuiu para a redução da parcela da agricultura no valor do comércio brasileiro com o mundo: o setor respondia por mais de 30% das divisas em meados da década de 1990, mas reduziu sua participação para menos de 30% na atual, registrando a mínima contribuição em 2000, quando trouxe apenas 24,2% das divisas obtidas com exportação do ano. As importações agrícolas reduziram sua importância relativa de forma ainda mais acelerada: de 14,5% em 1994 chegou a cerca de 5% a partir de 2004 (Tabela 2)<sup>19</sup>.

<sup>19</sup>Excluindo-se o MERCOSUL, a exportação agrícola brasileira

Dos quatro países do bloco, o Brasil é o menos dependente da agricultura como fonte de divisas: 27,4% em média no triênio 2005-07. Em segundo lugar encontra-se a Argentina, país que teve 47,8% do valor de suas exportações provenientes da agricultura nesse triênio, enquanto para o Uruguai e Paraguai a participação do setor foi de 60,6% e 81,4%, respectivamente (Tabela 2).

Quanto às importações agrícolas, observe-se que é pouco relevante para os quatro países e que todos eles registraram decréscimo em proporção ao valor total. Assim, enquanto as exportações agrícolas ainda representam mais de 1/3 do valor exportado pelo MERCOSUL, a parcela das importações corresponde a cerca de 5% do valor. Em termos absolutos, em 2007, o MERCOSUL obteve US\$78,5 bilhões com exportações agrícolas, para US\$223,7 bilhões recebidos pelo total das exportações. No mesmo ano, os quatro parceiros gastaram US\$9,1 bilhões e US\$176,8

para o resto do mundo partiu de 28,3% em 1991, atingiu o máximo de 36% em 1997, reduziu-se ao mínimo de 26% em 2000 e, a partir de 2001, girou em torno de 30%. Assim, a importância relativa das exportações agrícolas brasileiras para esses países no período recente é maior que no passado, ao contrário do registrado nas trocas com o MERCOSUL.

**Tabela 2 - Participação da Agricultura no Comércio Mundial, MERCOSUL, 1994-2007<sup>1</sup>**  
(em %)

Ano	Argentina		Brasil		Paraguai		Uruguai		Mercosul	
	X <sup>2</sup>	M <sup>3</sup>								
1994	55,0	6,1	30,5	14,5	74,2	15,2	57,4	13,3	38,1	11,5
1995	53,7	6,5	30,3	13,5	76,6	19,0	59,9	13,4	38,7	12,0
1996	55,4	6,1	31,3	13,5	78,7	21,2	62,0	13,3	40,6	11,8
1997	51,0	6,3	32,1	11,2	81,2	20,2	61,6	12,5	39,7	10,1
1998	52,3	5,9	30,6	11,0	82,9	22,1	59,5	12,5	39,3	9,8
1999	50,7	5,9	29,8	9,1	80,3	17,6	59,5	12,3	37,7	8,4
2000	44,6	5,9	24,2	7,5	76,1	17,8	55,0	12,9	31,9	7,6
2001	45,3	6,7	28,8	6,3	78,7	14,9	54,4	13,1	34,9	6,9
2002	46,6	5,8	29,0	7,2	80,2	12,7	60,0	16,8	35,3	7,5
2003	49,8	6,1	29,9	7,6	83,2	10,2	62,1	15,6	36,8	7,6
2004	48,5	4,5	29,5	5,4	83,6	9,4	61,5	11,0	35,7	5,5
2005	47,2	3,9	27,3	4,7	81,9	8,9	61,0	9,9	33,4	4,8
2006	45,2	3,6	26,9	5,0	79,6	6,5	61,3	9,7	32,6	4,9
2007	51,1	4,5	28,0	5,0	82,8	7,5	59,6	10,1	35,1	5,2

<sup>1</sup>Agricultura: engloba os capítulos NCM de 1 a 24 e 50 a 53.

<sup>2</sup>Porcentagem da agricultura no valor total das exportações para o mundo.

<sup>3</sup>Porcentagem da agricultura no valor total das importações do mundo.

Fonte: Elaborada a partir de dados básicos de United Nations (2009).

bilhões com importação agrícola e total, respectivamente (UNITED NATIONS, 2009)<sup>20</sup>.

#### 4 - RESULTADOS E DISCUSSÃO

O índice de intensidade do comércio (IIC) é um indicador interessante para avaliar a evolução das trocas comerciais entre parceiros. Quando o resultado é maior que a unidade significa que há maior intensidade do comércio bilateral do que seria de se esperar a partir do *market-share* das importações do parceiro no mercado mundial.

Yeats (1997) empregou esse indicador para avaliar a intensidade das trocas entre os parceiros do MERCOSUL e entre eles e os membros do North American Free Trade Association (NAFTA). Da comparação para o período 1979-1994, concluiu que houve nítido aumento da intensidade do comércio intra-MERCOSUL. Exemplifica com o índice referente às exportações argentinas para o Brasil em 1994 que foi mais de cinco vezes o valor obtido no triênio 1979-81

e mais do dobro do estimado para 1986-88. Ao comparar os resultados para o comércio intra-MERCOSUL com os obtidos nas trocas entre os membros do MERCOSUL e os do NAFTA conclui:

The key message is that Mercosur members are typically becoming much more trade dependent with each other and less so with NAFTA countries (YEATS, 1997).

Neste trabalho o indicador foi estimado para os quatro membros do MERCOSUL visando evidenciar a evolução do comércio de cada um deles com os outros países em conjunto. Inicialmente cabe ressaltar que todos têm elevada intensidade de comércio com os sócios do bloco, com IIC variando de 5,8 (Brasil em 2002) e 65,8 (Paraguai em 2003). O Brasil é o menos dependente do comércio intrabloco: 2000 foi o ano de máxima dependência, com IIC = 10,1 e significa que a parcela das exportações brasileiras destinada aos parceiros superou dez vezes a participação dos quatro países nas importações mundiais (Tabela 3).

No outro extremo, Paraguai é o mais dependente: na maior parte do período o IIC estimado supera 30, chegando a ultrapassar 60 em 2002 e

<sup>20</sup> Inclui o comércio intrabloco.

**Tabela 3** - Índice de Intensidade do Comércio (IIC), MERCOSUL, 1994-2007

Ano	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai
1994	18,6	8,3	31,9	28,8
1995	19,2	7,9	34,1	28,0
1996	19,5	8,9	37,0	29,9
1997	18,7	8,8	26,4	25,6
1998	18,9	9,2	27,8	29,3
1999	20,2	9,4	27,6	30,0
2000	23,1	10,1	45,9	32,1
2001	21,0	8,2	39,2	30,6
2002	23,5	5,8	61,5	34,5
2003	21,0	8,6	65,8	34,1
2004	18,7	9,1	52,4	25,8
2005	17,9	9,2	50,3	21,4
2006	18,6	8,8	41,7	20,7
2007	17,1	8,3	37,7	21,2

Fonte: Elaborada a partir de dados básicos de United Nations (2009).

2003<sup>21</sup>. O Uruguai é o segundo em intensidade de comércio com os parceiros do bloco: o IIC variou entre 34,5 em 2002 e 20,7 em 2006. Para a Argentina, a maior intensidade do comércio no MERCOSUL (IIC = 23,5) aconteceu em 2002 e a menor em 2007 (IIC = 17,1).

Para uma idéia geral do grau de dependência de cada membro do MERCOSUL em relação ao comércio com os demais, observe-se que no período 1994 a 2007 o IIC médio do Brasil ficou em 8,6. Para a Argentina o IIC médio do período é igual a 2,3 vezes o do Brasil, enquanto para Uruguai e Paraguai a relação é de 3,2 vezes e 4,8 vezes, respectivamente.

É curioso observar que Argentina, Paraguai e Uruguai tiveram comércio mais intenso com o bloco entre 2000 e 2003, período em que registraram os índices mais elevados, com tendência decrescente a partir de então.

No caso do Brasil parece que não há tendência definida: o IIC variou entre oito e dez com exceção de 2002 que foi o momento mais crítico da crise argentina. O valor de suas importações totais, que superava US\$20 bilhões, caiu para US\$9,0 bilhões em 2002, se elevou para US\$13,8 bilhões em 2003 e voltou a superar US\$20 bilhões a partir de 2004. Com isso o valor das exportações brasileiras para o bloco caiu

para cerca da metade: de US\$6,4 bilhões em 2001, chegou a US\$ 3,3 bilhões em 2002 e é o que explica o IIC = 5,8 observado nesse ano (UNITED NATIONS, 2009).

O índice de orientação regional (IOR), que vem sendo empregado para analisar o desempenho do comércio de produtos isolados<sup>22</sup>, neste trabalho, foi estimado para analisar os principais grupos de produtos exportados por Argentina e Brasil para os parceiros do bloco<sup>23</sup>. Os resultados estão apresentados pela ordem de valor exportado pelo MERCOSUL em 2007<sup>24</sup>.

<sup>22</sup>Vários trabalhos utilizaram esse indicador tendo por foco o MERCOSUL. Veja-se, por exemplo, Waquil et al. (2004), que estimaram para os principais produtos da pauta agrícola brasileira para o período 1991-2001. Yeats (1997) estimou para os produtos importantes na pauta (agrícola ou não) e que tiveram crescimento acelerado do comércio intra-MERCOSUL. Seabra (2007) analisou o comércio da cadeia produtiva de madeira e móveis e Hasenclever; Lopez; Oliveira (1999), o setor petroquímico.

<sup>23</sup>As estimativas para Uruguai e Paraguai não estão apresentadas por serem pouco expressivas. Em 2007, o MERCOSUL exportou US\$223,7 bilhões para o mundo. O Brasil contribuiu com 71,8% desse valor e a Argentina com 24,9%. Ao Paraguai e Uruguai couberam 1,2% e 2,0%, respectivamente.

<sup>24</sup>Os minerais ocupam o primeiro lugar no ranking e respondem por 15,1% do valor exportado pelo MERCOSUL para o mundo nesse ano. Em segundo lugar, encontra-se o agregado dos produtos comestíveis, bebidas e tabaco, com participação de 12,1% do valor total exportado pelo bloco. Produtos vegetais ocuparam o terceiro lugar, respondendo por 11,6%. Veículos, aeronaves e navios ocuparam o quarto lugar, correspondente a 11,3%. Metais e maquinário ocuparam as posições seguintes, com participação de 8,9% cada um. Em resumo, os seis primeiros colocados totalizaram 68% do valor exportado pelo MERCOSUL em 2007. Os oito

<sup>21</sup>As estatísticas do comércio exterior paraguaio apresentam elevada variabilidade, que tanto pode ser por ausência de comércio como de falha dos levantamentos estatísticos.

Para interpretar os resultados observe-se que quando o IOR é maior (menor) que a unidade, o produto em questão tem maior (menor) participação nas exportações do país para os parceiros do bloco que nas suas exportações para os demais países. Por exemplo, os minerais, o grupo de maior importância nas exportações do MERCOSUL, tem IOR = 1,90 para a Argentina no triênio 1994-96. Assim, a participação dos minerais no total exportado pela Argentina para os parceiros foi igual a 1,9 vez a participação desses produtos nas suas exportações para o resto do mundo (Tabela 4).

Ressalte-se que a orientação regional das exportações argentinas mostrou-se predominantemente maior que a do Brasil em todo o período analisado. No triênio 2005-07, as exceções são: metais, têxteis, gorduras e óleos<sup>25</sup>. Acrescente-se que neste triênio, dos 14 grupos de produtos, nove tiveram IOR > 1 para a Argentina enquanto para o Brasil esse resultado ocorre para apenas quatro grupos (4 - veículos, aeronaves e navios; 6 - maquinário; 8 - plásticos e borracha; e 12 - têxteis), sendo que todos eles englobam importantes produtos industriais.

Ao se comparar os extremos da série pode-se observar que houve predomínio de redução na orientação regional o que implica que as exportações com destino a outros países cresceram mais que para os sócios. Ao todo, a Argentina teve redução do IOR para nove grupos de produtos, contra sete do Brasil. Destaque-se que os quatro grupos mais importantes da pauta de exportação do MERCOSUL tiveram redução do IOR tanto para a Argentina como para o Brasil.

Além de maior número de grupos de produtos com redução do IOR, a Argentina teve também as reduções mais drásticas: há casos em que o indicador médio do triênio 2005-07 caiu para 1/3 do observado entre 1994 e 1996, como nos grupos quatro (veículos, aeronaves e navios) e sete (gorduras e óleos). O primeiro deles, cujo IOR caiu de 11,99 para 3,89, é mais relevante, porque envolve produtos de

---

principais grupos seguintes responderam por 16%, acumulando 84% do valor (UNITED NATIONS, 2009).

<sup>25</sup>O IOR brasileiro para metais e têxteis é maior que o argentino nos três triênios.

elevado valor adicionado, sendo que boa parte deles são considerados sensíveis e têm o comércio regido pelo acordo automotivo<sup>26</sup>.

No início de 2009 houve mais uma rodada de negociações entre empresários brasileiros e argentinos, que resultou em acordo para redução das exportações brasileiras de calçados, freios, móveis de madeira e embreagens<sup>27</sup>. Há ainda negociações em curso. Os argentinos demandam redução das exportações brasileiras de têxteis, tornos mecânicos e linha branca. O Brasil quer limitar as vendas argentinas de vinho e farinha de trigo (GUIMARÃES, 2009a).

Pelo menos até o triênio 2005-07, parece que a demanda argentina não se justifica nos casos de têxteis (grupo 12), produtos de madeira (grupo 10) e calçados (grupo 14). Da comparação com o triênio 2000-02, resulta que os dois primeiros grupos tiveram redução do IOR brasileiro contra aumento do argentino. No caso dos calçados, ambos cresceram, mas enquanto o IOR argentino passou de 0,76 para 1,18, correspondente a um acréscimo de 54%, o acréscimo do brasileiro foi equivalente à metade desse percentual (de 0,66 para 0,84)<sup>28</sup>.

Esses acordos setoriais são alternativas empregadas para seguir o processo de integração, a despeito das assimetrias entre países, que passam por diferenças no grau de industrialização e desen-

---

<sup>26</sup>Desde o início do MERCOSUL, os bens do setor automotivo foram considerados sensíveis e objeto de tratamento preferencial. A decisão n. 70/2000, do Conselho Mercado Comum, de 14/12/2000, aprovou o acordo automotivo que deveria levar ao livre comércio no setor até 31/12/2006. No entanto, ele foi prorrogado e só será livre em 2013 (FIORI, 2008).

Números do Ministério da Economia da Argentina informam que as exportações de veículos argentinos representam 2,4% do mercado brasileiro. Por outro lado, os carros brasileiros respondem por 60% de todos os veículos vendidos na Argentina. Esse percentual seria ainda maior para os veículos populares (ARGENTINA, 2004).

<sup>27</sup>O acordo prevê corte de 19% nas exportações brasileiras de calçados, de 30% nas exportações de freios, de 35% nas de móveis de madeira e de 40% nas vendas de embreagens para a Argentina. Há setores que ainda não chegaram a acordos (GUIMARÃES, 2009a).

<sup>28</sup>As restrições argentinas à importação de calçados induziram empresas brasileiras a migrar para a argentina: é o caso da Penalty, Vulcabras, Alpargatas, Paquetá, Aniger e Dilly (GUIMARÃES, 2009b).

**Tabela 4** - Índice de Orientação Regional (IOR), Argentina e Brasil, Triênios 1994-96 a 2005-07<sup>1</sup>

Ordem	Grupos de produtos <sup>1</sup>	Argentina			Brasil		
		1994-96	2000-02	2005-07	1994-96	2000-02	2005-07
1	Minerais	1,90	1,17	1,07	0,54	0,42	0,44
2	Comestíveis, bebidas e tabaco	0,28	0,24	0,27	0,42	0,47	0,21
3	Vegetais	1,11	1,01	0,91	0,32	0,23	0,12
4	Veículos, aeronaves e navios	11,99	4,45	3,89	3,37	1,09	2,49
5	Metais	0,33	0,45	0,70	0,65	0,83	0,76
6	Maquinário	2,55	2,57	2,46	1,75	1,62	2,03
7	Gorduras e óleos	0,19	0,13	0,06	0,09	0,23	0,11
8	Plásticos e borracha	3,42	4,22	5,71	3,75	4,32	3,55
9	Papel	1,44	2,26	2,18	0,94	1,44	0,98
10	Produtos de madeira	0,55	1,10	1,24	0,25	0,24	0,14
11	Produtos de couro	0,33	0,45	0,28	0,08	0,39	0,10
12	Têxteis	1,40	1,93	2,25	2,02	3,22	3,13
13	Pedra, cimento e vidro	1,77	0,97	1,22	1,57	1,38	0,85
14	Calçados, chapéus e guarda-chuvas	1,66	0,76	1,18	0,23	0,66	0,84
	Produtos agrícolas	0,59	0,50	0,42	0,40	0,39	0,19
	Produtos não-agrícolas	1,71	1,56	1,71	1,31	1,25	1,35

<sup>1</sup>IOR médio para o triênio.

<sup>2</sup>Ver componentes no Anexo 1.

Fonte: Elaborada a partir de dados básicos de United Nations (2009).

volvimento e vêm constituindo obstáculo ao livre comércio no MERCOSUL. Historicamente, os quatro parceiros do bloco dependem da agricultura como fonte de divisas, mas com a evolução as desigualdades nessa dependência se acentuaram.

Para uma abordagem geral das diferenças quanto à orientação regional, os produtos são também apresentados em dois grandes grupos: agrícolas e não-agrícolas (Tabela 4). A observação dos resultados evidencia que nos dois casos as exportações da Argentina são mais orientadas para o MERCOSUL: o IOR argentino é maior que o brasileiro em todos os triênios para produtos agrícolas ou não. No entanto, vale ressaltar que as diferenças são maiores para os bens agrícolas, indicando a menor importância da agricultura nas exportações brasileiras para os parceiros do bloco.

Acrescente-se que a diferença entre os países tornou-se ainda mais acentuada nos últimos anos da série: no triênio 1994-96 o IOR agrícola da Argentina era 50% superior ao do Brasil e no triênio 2005-07 a diferença aumentou para 120%. Cabe destacar que

essa mudança se deve predominantemente ao desempenho do comércio agrícola brasileiro, cujo IOR caiu para menos da metade entre o início e o final da série.

No caso dos bens não-agrícolas, o IOR dos dois países esteve mais elevado no triênio 1994-96 e caiu no triênio 2000-02, anos em que a Argentina enfrentou grave crise econômica. No triênio 2005-07, o indicador argentino retornou ao patamar do início da série, enquanto o brasileiro teve ligeiro acréscimo, evidenciando aumento da importância do MERCOSUL nas exportações dos dois países em relação ao total exportado para o mundo no período recente.

## 5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O MERCOSUL foi formado em 1991 com a intenção de juntar mercados com vistas ao desenvolvimento econômico e fortalecimento político da região, porém, ao longo dos anos os países-membros foram submetidos a várias situações críticas, que colocaram

em risco a própria continuidade do bloco.

Na fase inicial de integração o comércio entre os parceiros se intensificou, mas retrocedeu na segunda metade da década de 1990, em virtude das crises enfrentadas pelos dois principais parceiros, Brasil e Argentina. Nessa etapa houve apreciação das moedas de ambos os países, o que resultou em *déficits* comerciais e grande dependência de poupança externa.

Entre 1995 e 1998, após o Plano Real e período de valorização da moeda, o Brasil registrou *déficits* comerciais com os parceiros do bloco. Em 1999, com a crise cambial que desvalorizou o real e a adoção do regime de câmbio flutuante, essa tendência foi revertida, e a partir de 2002 passou a contabilizar *superávits* comerciais crescentes.

Será que esses *superávits* recentes são devidos à maior competitividade brasileira em relação aos parceiros? Os resultados obtidos neste trabalho parecem indicar que sim. Inicialmente, vale destacar que o índice de intensidade do comércio (IIC) com o MERCOSUL, estimado para os quatro países do bloco, identifica Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, por ordem crescente de dependência das trocas comerciais com os parceiros.

Entre 1994 e 2007, o IIC médio para o Brasil foi estimado em 8,6. Lembrando que  $IIC = 1$  mostra intensidade das exportações do país para os parceiros igual à participação dos parceiros nas importações mundiais, esse resultado significa que, mesmo sendo o menos dependente das trocas comerciais com o MERCOSUL, a parcela das exportações brasileiras destinada aos parceiros corresponde a 8,6 vezes a participação das importações do bloco no total mundial.

O resultado obtido para a Argentina é mais que o dobro do brasileiro, implicando que a importância das relações comerciais com o MERCOSUL é muito maior para a Argentina que para o Brasil. Ainda tomando por base o IIC brasileiro, os resultados médios para Uruguai e Paraguai correspondem a três e cinco vezes, respectivamente, denotando ainda maior intensidade das trocas comerciais desses com os parceiros.

O índice de orientação regional (IOR), estimado para os grupos de produtos dos dois principais países parceiros, reflete, mais uma vez, assimetria entre os países no bloco: o resultado obtido para a Argentina é maior, evidenciando sua maior dependência dos parceiros do bloco que o Brasil<sup>29</sup>.

Os resultados mostraram também predomínio de redução na orientação regional. Essa tendência é mais nítida para o Brasil: entre os triênios 2000-02 e 2005-07, dos 14 grupos de produtos, dez tiveram redução do IOR contra sete da Argentina. Assim, pelo menos para esses dez grupos, se houve aumento das exportações brasileiras, foi maior para outros destinos, denotando maior competitividade do Brasil no mercado internacional.

O IOR mostrou a maior importância relativa da agricultura como fonte de divisas para a Argentina no comércio com o MERCOSUL. Embora o indicador tenha se reduzido para os dois países, indicando que suas exportações agrícolas para os parceiros cresceram menos que para o resto do mundo, a diferença entre eles aumentou. Em outras palavras, a Argentina teve aumento da participação da agricultura nas exportações para o MERCOSUL, comparativamente ao Brasil.

O índice de orientação regional para os bens não-agrícolas não registrou tendência definida ao longo da série, porém, mais uma vez mostra que a Argentina é mais dependente dos parceiros do bloco que o Brasil. Além disso, como o índice estimado para o Brasil se manteve relativamente estável, os crescentes *superávits* comerciais registrados nos últimos anos com o MERCOSUL não se devem a mudanças na tendência das exportações brasileiras em relação aos parceiros, mas a ganhos de competitividade.

## LITERATURA CITADA

AMORIM, C. De Ouro Preto a Ouro Preto. **O Estado de S.**

<sup>29</sup>Relembrando que  $IOR = 1$  significa idêntica participação do produto (ou grupo) nas exportações do país para os parceiros e o resto do mundo. Quanto maior IOR maior a orientação regional da exportação do país.

- Paulo, São Paulo, 24 dez. 2004. Disponível em: <<http://www.jornaldaciencia.org.br/Detalhe.jsp?id=24384>>. Acesso em: 17 mar. 2009.
- ARGENTINA quer restringir importação de automóveis brasileiros. **Folha online**, São Paulo, 25 dez. 2004. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u91995.shtml>>. Acesso em: 16 jun. 2009.
- BITTENCOURT, M. V. L.; LARSON, D. W.; THOMPSON, S. R. Impactos da volatilidade da taxa de câmbio no comércio setorial do MERCOSUL. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 37, n. 4, p. 791-816, out./dez. 2007.
- CAMARGO, S. Mercosul: crise de crescimento ou crise terminal? **Lua Nova**, São Paulo, n. 68, p. 57-90, 2006. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/673/67306803.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2009.
- CARVALHO, M. A. Comércio agropecuário brasileiro no Mercosul. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 29, n. 6, p. 7-22, jun. 1999.
- CONCEIÇÃO, J. A. Teorias da integração e políticas comunitárias: Brasil e Argentina - MERCOSUL. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/articles/7535/1/teorias-da-integracao-e-politicas-comunitarias-brasil-e-argentina-Mercosul/pagina1.html>>. Acesso em: mar. 2009.
- FIORI, M. Comércio de carros com Argentina só será livre em 2013. **Agência Brasil**, Brasília, 2 jun. 2008. Disponível em: <<http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2008/06/02/materia.2008-06-02.9563130924/view>>. Acesso em: 16 jun. 2009.
- GUIMARÃES, T. Brasil restringe vendas à Argentina em mais 4 setores. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 6 jun. 2009a, p. B3.
- \_\_\_\_\_. Brasil 'exporta' fábrica de calçado esportivo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 20 jun. 2009b, p. B12.
- HASENCLEVER, L.; LOPEZ, A.; OLIVEIRA, J. C. El impacto del Mercosur sobre la dinámica del sector petroquímico. **Revista Integracion & Comercio**, Buenos Aires, n. 7/8, p. 183-212, enero/agosto, 1999. Disponível em: <[http://www.iadb.org/intal/aplicaciones/uploads/publicaciones/e\\_INTAL\\_IYC\\_7-8\\_1999\\_Hasenclever-Lopez-Clemente.pdf](http://www.iadb.org/intal/aplicaciones/uploads/publicaciones/e_INTAL_IYC_7-8_1999_Hasenclever-Lopez-Clemente.pdf)>. Acesso em: 30 mar. 2009.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. IPEADATA. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?983781828>>. Acesso em: mar. 2009.
- KUME, H.; PIANI, G. MERCOSUL: o dilema entre união aduaneira e área de livre comércio. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 25, n. 4, p. 370-390, out./dez. 2005.
- MAIS retrocesso. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 6 mar. 2009, p. A2.
- MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO - MDIC/Secretaria de Comércio Exterior - SECEX. **ALICEWEB database**. Disponível em: <<http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em: mar. 2009.
- UNITED NATIONS - UN. **COMTRADE database**. Disponível em: <<http://comtrade.un.org/db/>>. Acesso em: mar. 2009.
- PRINCIPAIS acontecimentos desde a moratória de 2001. **Gazeta Mercantil**, São Paulo. Disponível em: <<http://indexet.gazeta-mercantil.com.br/arquivo/2008/09/03/125/Principais-acontecimentos-desde-a-moratoria-em-2001.html>>. Acesso em: 30 mar. 2009.
- SEABRA, F. **Diagnóstico da competitividade da cadeia produtiva de madeira e móveis no MERCOSUL**. Secretaria do Mercosul, jan. 2007 (Estudo n. 001/07). Disponível em: <<http://www.mercosur.int/fccmm/PT/docs/Est-001-07-version%20final%20Seabra.pdf>>. Acesso em: 21 mar. 2009.
- UM MOMENTO delicado nas relações comerciais entre Brasil e Argentina. **O Globo Online**, Rio de Janeiro, 4 maio 2000. Disponível em: <[http://www2.mre.gov.br/unir/webunir/RESENHAS/Rel00/ru\\_0542000.html](http://www2.mre.gov.br/unir/webunir/RESENHAS/Rel00/ru_0542000.html)>. Acesso em: 19 mar. 2009.
- WAQUIL, P. D. et al. Vantagens comparativas reveladas e orientação regional das exportações agrícolas brasileiras para a União Européia. **Revista de Economia e Agronegócio**, Viçosa: UFV, v. 2, n. 2, p. 137-160, abr./jun. 2004.
- YEATS, A. Does MERCOSUR's trade performance raise concerns about the effects of regional trade arrangements? **Policy, Planning and Research Working Paper**, Washington, n. 1729, Feb. 1997. Disponível em: <[http://www-wds.worldbank.org/external/default/DSCContentServer/IW3P/IB/1997/02/01/000009265\\_3970619111012/Rendered/PDF/multi0page.pdf](http://www-wds.worldbank.org/external/default/DSCContentServer/IW3P/IB/1997/02/01/000009265_3970619111012/Rendered/PDF/multi0page.pdf)>. Acesso em: 26 mar. 2009.

## INTENSIDADE DO COMÉRCIO NO MERCOSUL

### Anexo 1

**Tabela A1.1** - Descrição dos Grupos de Produtos dos Países do MERCOSUL e do Mundo

Grupos de produtos	<i>My favorite commodity groups</i>	Código HS	
		Secção	Número
Minerais	<i>Mineral products</i>	V	25 a 27
Comestíveis, bebidas e tabaco	<i>Prepared foodstuffs; beverages; and tobacco</i>	IV	16 a 24
Vegetais	<i>Vegetable products</i>	II	6 a 14
Veículos, aeronaves e navios	<i>Vehicles; aircraft; and vessels</i>	XVII	86 a 89
Metais	<i>Metal products</i>	XV	72 a 83
Maquinário	<i>Machinery</i>	XVI	84 e 85
Gorduras e óleos	<i>Fats and oils (animal or vegetable)</i>	III	15
Plásticos e borracha	<i>Plastics and rubber</i>	VII	39 e 40
Papel	<i>Paper products</i>	X	47 a 49
Produtos de madeira	<i>Wood products</i>	IX	44 a 46
Produtos de couro	<i>Leather products</i>	VIII	41 a 43
Têxteis	<i>Textile products</i>	XI	50 a 63
Pedra, cimento e vidro	<i>Stone; cement; and glass products</i>	XIII	68 a 70
Calçados, chapéus e guarda-chuvas	<i>Footwear; headgear; and umbrellas</i>	XII	64 a 67
Produtos agrícolas	<i>Agricultural products</i>		1 a 24 e 50 a 53
Produtos não-agrícolas	<i>Others</i>		Todos os capítulos, exceto 1 a 24 e 50 a 53

Fonte: United Nations (2009).

Recebido em 08/10/2009. Liberado para publicação em 27/11/2009.